

Capítulo IV

Dúvidas e questões dos participantes do curso

Mary Jane Spink

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SPINK, MJ. *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Cap. IV, Dúvidas e questões dos participantes do curso. p. 60-67. ISBN: 978-85-7982-046-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

CAPÍTULO IV

DÚVIDAS E QUESTÕES DOS PARTICIPANTES DO CURSO

Pergunta: Ao ler o teu livro *Práticas Discursivas*, percebi que o Construcionismo Social choca-se com as Representações Sociais e com a Semiótica. Como é que tu vês esta questão? Tu acreditas que Semiótica e Construcionismo são incompatíveis? Representações Sociais e Construcionismo também são incompatíveis?

Mary Jane Spink: Esta questão é importante. Tomei o cuidado de começar este curso explicitando o posicionamento epistemológico justamente para ilustrar o que considero ser o caminho mais seguro para a pesquisa. As costuras teóricas são complicadas e em geral são feitas sem pensar criticamente sobre os pressupostos que estão embasando essas várias abordagens. Acho até difícil afirmar que Representações Sociais é uma abordagem única; trabalhei muitos anos nesse campo de estudos e sei que há, nesse campo, vertentes mais cognitivas e vertentes mais psicossociológicas. Por isso, é difícil colocar toda essa diversidade num mesmo referencial teórico.

Creio que é necessário fazer o trabalho crítico de contextualização dos autores que utilizamos. Fazemos isso por meio dos interlocutores. Ou seja, as pessoas se posicionam num cenário científico citando autores. São esses autores que vão indicar o tipo de afiliação teórica ou epistemológica; digo indicar porque muitas vezes não encontramos – nos livros, teses, dissertações, artigos – esclarecimentos sobre os pressupostos epistemológicos do autor. Alguns autores consideram-se dispensados de falar desses pressupostos porque falam a partir de uma dada postura que tem afiliações epistemológicas conhecidas; já outros são mesmo pouco cuidadosos. Muitos dos autores da Psicologia são pouco cuidadosos e misturam posições teóricas incompatíveis.

Durante esse curso falei que o trabalho com práticas discursivas exige que busquemos entender o contexto de produção e isso se aplica também às práticas discursivas da ciência. Temos que começar nossa reflexão perguntando a partir de que contexto de produção fala um determinado autor. Isso evita que façamos uma costura teórica impossível. Por exemplo, há autores do campo de estudo das representações sociais que

se dizem construcionistas, entre eles Wolfgang Wagner. Acho essa postura equivocada; creio que é um casamento forçado. Participei recentemente da banca examinadora de uma dissertação defendida na Universidade Federal de Minas Gerais (Godoi, 2000). Nessa pesquisa, a autora tentava fazer uma aproximação entre Serge Moscovici e Richard Rorty. Acho que ela fez um belo trabalho de reflexão, mas, ao mesmo tempo, o texto explicita justamente essas dificuldades casamenteiras: ela acabou casando um Moscovici romântico com um Rorty irônico. Essas duas posturas são incompatíveis! Ela focalizou as possíveis semelhanças entre a proposta de Moscovici e o Construcionismo (na perspectiva da Psicologia Social): a ênfase no senso comum e a centralidade do cotidiano na produção de sentidos, por exemplo. Mas, analisando os autores com quem Moscovici conversa, vê-se que essa aproximação é inviável.

Começa sendo inviável porque Moscovici afirma que as Representações Sociais têm uma base em Durkheim. Se Moscovici tivesse eleito um outro sociólogo, por exemplo Weber, teria sido possível fazer uma aproximação com uma vertente teórico-metodológica mais voltada ao uso da linguagem, ou com a abordagem construcionista. Mas ele fez uma escolha mais objetivista, apoiando-se num dos autores mais positivistas da Sociologia: Durkheim.

Há uma belíssima entrevista, uma conversa entre Serge Moscovici e Ivana Marková (1998), onde Marková faz uma provocação sobre afirmações feitas por Moscovici a respeito das bases teóricas da noção de Representação Social. O diálogo segue mais ou menos assim:

— Marková: “você fala que a sua noção de representação vem de Durkheim?”

— Moscovici: “não, não vem de Durkheim, vem de Piaget. Vem de Durkheim, mas através de Piaget, porque a noção de representação de Piaget é de Durkheim”.

— Marková: “mas você fala de Durkheim no livro *A Psicanálise*”.

— Moscovici: “é, eu falo, mas na verdade eu não tinha lido Durkheim. Eu tinha lido só aquele texto que todo mundo leu *Psicologia e Sociologia*. Eu não conhecia o trabalho de Durkheim, eu fui conhecer depois quando publiquei *A Máquina de Fazer Deuses*”.

Por isso, essas heranças são complicadas. Moscovici tem o mérito de introduzir na Psicologia Social uma vertente mais social de reflexão sobre os fenômenos que são objetos de estudo dessa disciplina. Sem dirimir esse mérito, o que estou querendo apontar é que temos que ser críticos sobre os autores que elegemos como interlocutores: no caso de Moscovici, temos que refletir sobre as implicações da herança durkheimiana. Quando alguém sinaliza que sua base teórico-epistemológica é durkheimiana, passamos a questionar a possibilidade de chamar essa vertente teórica de construcionista, certo?

As vozes que trazemos para nosso texto são extremamente importantes quando buscamos manter a coerência epistemológica. Isso é básico. Assim, há vários autores que vêm buscando dar uma dimensão mais construcionista à teoria das representações sociais. Considerando essa aproximação inviável, minha opção foi mudar de percurso, não apenas por ter adentrado pelas reflexões construcionistas sobre a produção de conhecimento, mas também porque passei a me interessar mais pelo aqui-e-agora da interação e isso me levou a uma aproximação com a Psicologia Discursiva. Não me parecia possível conciliar esse interesse pela fluidez das trocas discursivas com o enquadre teórico das Representações Sociais. Começa que as Representações Sociais são definidas como conteúdos compartilhados e eu estava mais interessada nos processos de negociação de sentidos do que no compartilhamento de representações.

Há uma questão importante e pouco discutida na pesquisa em Psicologia (e nas ciências sociais em geral): os níveis de análise. Podemos trabalhar em um único nível de análise ou em vários níveis de análise. Esses níveis englobam toda a gama de possibilidades: do nível macro – como fazem muitos sociólogos – até o micro: a pessoa, na perspectiva individualista, ou a interação entre pessoas, na perspectiva dialógica adotada pela Psicologia Discursiva.

Quem estuda Representações Sociais trabalha num nível de análise intermediário que prioriza os aspectos coletivos, compartilhados do fenômeno; no mesmo nível que trabalha a Epidemiologia. Como o foco é no compartilhamento, trabalha-se com dados agregados; trabalha-se com conteúdos discursivos de muitos para identificar o que há de semelhante. É possível até trabalhar com diferenças, mas não com as incoerências e com

os processos de negociações de sentidos que é o que interessa à Psicologia Discursiva.

Seriam então incompatíveis a análise de práticas discursivas na perspectiva do Construcionismo e o estudo das Representações Sociais? Epistemologicamente creio que há incompatibilidade. Do ponto de vista dos níveis de análises, pelo menos da forma em temos trabalhado no Núcleo, quando focalizamos a circulação dos repertórios linguísticos há algumas semelhanças com o que é feito no estudo das representações. Mas semelhanças de objetivos não devem ser extrapoladas para semelhanças teóricas. Por isso, acho recomendável tomar cuidado ao buscar fazer pontes entre representações sociais e análise de práticas discursivas pois essas abordagens vêm de duas tradições diferentes de pesquisar e de pensar a Psicologia.

Quanto à Semiótica, o pouco que sei sobre essa disciplina me leva a pensar que ela tem sua base no estruturalismo. O estruturalismo parte do princípio de que há uma estrutura subjacente à superfície dos fenômenos observáveis; assenta-se, portanto, numa ontologia realista e essencialista. Então é preciso ter um certo cuidado ao aproximar as vertentes estruturalistas da Semiótica às abordagens construcionistas que são, por definição, antiessencialistas. A Semiótica tende a essencializar, sobretudo, a noção de símbolo. Mas sendo a Semiótica um campo de complexidade, e não estando familiarizada com a diversidade de postura aí existentes, não ousaria fazer mais do que esse alerta sobre uma potencial incompatibilidade entre a noção de símbolo (e seu significado) e de sentidos produzidos no fluxo das interações cotidianas.

O contraste que estou procurando fazer entre símbolos (significados) e repertórios (sentidos) é semelhante ao contraste, na Psicologia Social, entre papéis e posicionamentos (posições de pessoa). A noção de papéis tem um ranço de essencialismo. Já a noção de posicionamento é absolutamente fluída: as posições de pessoa são posições evocadas no processo de interanimação dialógica que pontua nossas interações.

Pergunta: *Na análise dos dados, nós temos nossa teoria também; vamos construir algo novo, então, de repente, citamos uma frase daqui e tal, dentro de um novo contexto maior. Como é que tu vês isto? Temos que ter cuidado para manter sempre um mesmo contexto ou a gente veste a camiseta e faz isso mesmo?*

Mary Jane Spink: Acho que temos que ter cuidado de deixar claro sempre o contexto a partir do qual estamos falando; preservar a visão do todo para que o processo de interpretação possa ser compreendido por nossos interlocutores. Por exemplo, ao descrever os procedimentos, estamos fornecendo contextos: fiz dez entrevistas, escolhi fazer dez por tal razão, entrevistei tais pessoas, as entrevistas foram feitas da seguinte forma.

Também a análise busca fazer esse jogo de contextos dentro de contextos. Começamos, em geral, fazendo uma análise de cada entrevista (conversa, documento, grupo, etc.) isoladamente. Descrevemos o contexto em que ocorreu a entrevista, a dinâmica; fazemos transcrições sequenciais, buscamos entender as temáticas presentes, etc. Buscamos sempre preservar a totalidade de tal modo que, ao analisar a parte, seja possível aos nossos interlocutores situá-la no contexto mais amplo que permite entender o contexto de produção de sentidos.

As análises individuais passam a ser então partes de um novo todo: o conjunto das entrevistas. Essa segunda etapa tende a ser uma análise temática. Na pesquisa de Vera, por exemplo, a partir da análise das 18 conversas e do cruzamento disso com a fase de familiarização com os repertórios históricos sobre a menopausa, ela realizou sua síntese a partir de três grandes temas: o sangue mágico, a medicalização e a menopausa na visão masculina. As 18 conversas foram então utilizadas para ilustrar os três temas-síntese.

Pergunta: *Você poderia falar um pouco sobre a questão da nomeação?*

Mary Jane Spink: O foco na nomeação traz uma série de vantagens analíticas. Nada melhor para entender como muda um fenômeno diacronicamente do que acompanhar as mudanças de nomeação. Também não há nada melhor para entender as nuances do fenômeno em estudo nas práticas discursivas – numa entrevista, por exemplo – do que acompanhar a trajetória de nomeações.

Por exemplo, na pesquisa sobre câncer, há diversas palavras que poderiam ser usadas para se referir a ele: o tumor, a doença, o mal, etc. O glossário é bastante diversificado e as pessoas tendem a utilizar esses termos em momentos específicos da entrevista. Há ainda momentos no enfrentamento da doença em que nem é possível nomeá-la. A ausência de

nomeação é também uma forma de dar sentido à negatividade da doença. Pesa aí, também, o que Harré (1998) denomina de gramática dos pronomes: a nomeação de quem fala – eu, nós, a gente – é um indicador potente das dimensões de pessoa que estão sendo invocadas.

Pergunta: *A senhora chega a trabalhar com a incursão de persecutórios, assim, como, por exemplo, nós temos uma função ideológica, uma função de resistência?*

Mary Jane Spink: Claro, a base da análise histórica dos riscos, por exemplo, é a função da linguagem dos riscos nos processos de disciplinarização. Estamos no plano ideológico, portanto. Ao trabalhar com repertórios, estamos trabalhando com a linguagem em uso e esses usos remetem às consequências sociais. Na revisão histórica feita na pesquisa sobre risco isso fica evidente. No momento, venho buscando entender a mudança da sociedade disciplinar para uma sociedade pautada no gerenciamento dos riscos, ou seja, de uma sociedade onde os processos disciplinares eram baseados em vigilância para uma sociedade pautada pelos biopoderes. Busco entender como essa nova linguagem de risco voltada ao esporte-aventura está sendo apropriada como parte dos processos de disciplinarização e como ela está sendo utilizada pelos movimentos de resistência à sociedade de risco. Então, com certeza, a função ideológica se faz presente.

Pergunta: *Quando se trabalha com grupos focais, como se faz o mapa? Ou não se usa o mapa?*

Mary Jane Spink: A primeira coisa que recomendo fazer – e isso vale para qualquer material mais complexo, como entrevistas longas e grupos – é uma análise sequencial. No caso dos grupos, a análise pode ser temática ou ser uma análise de sequências de temas. O que estou chamando de *Análise Temática* é o que a Vera fez: uma síntese dos principais aspectos em termos de conteúdo. Já a *Análise de Sequências de Temas* está voltada à compreensão da dinâmica do grupo. O primeiro passo na análise de um material interativo complexo, seria esse. Começamos fazendo uma descrição do todo a partir da transcrição sequencial e, se optamos por fazer recortes, justificamos essas escolhas. Para a construção do mapa propriamente dito, há atualmente uma série de técnicas que podem ser usadas se o material gravado estiver transcrito e informatizado. Há uma série de facilidades de cortar e colar que ajudam a entender melhor o

material analisado. O uso de mapas na pesquisa com grupos depende do foco: os temas ou as sequências de temas; ou seja, se o foco são os repertórios (podendo nesse caso aproximar-se de uma pesquisa sobre Representação Social) ou os processos de produção de sentido.

Tenho uma orientanda que está trabalhando com um material muito complexo: um grupo que ela fez com os doutores da alegria. Participaram deste grupo, profissionais da área da saúde, palhaços e artistas. Passamos um tempo acertando as colunas do mapa e ela começou transcrevendo, como exercício; e eu quietinha, esperando ver até onde ela aguentaria, pois eram duas fitas de gravação transcritas. Na orientação seguinte ela disse: “ai meu Deus, eu só fiz quatro páginas da transcrição e já deu tudo isso”. Sugerí então que ela voltasse à transcrição sequencial, numerasse todas as linhas da transcrição e buscasse entender a relação entre temas emergentes e personagens: psicólogos, médicos, palhaços, etc.; que analisasse, portanto, apenas os temas de maior interesse teórico, mantendo a distinção entre posições de pessoa, mas mantendo a relação com o todo pela explicitação das linhas a que o conteúdo do mapa estava se referindo.

Essa é uma forma de lidar com material complexo. Mas tudo isso remete à nossa sede de coletar dados: se fizéssemos uma pesquisa sobre coletas de dados de pesquisa, verificaríamos que o que acaba entrando na análise é, em geral, uma pequena porcentagem do que foi coletado. Coleta-se muito mais do que conseguimos analisar porque muitas vezes saímos a campo sem ter clareza sobre nossos objetivos. Então dizemos: “como não sei bem o que estou procurando, vou coletar tudo que dá, e depois eu decido o que analisar”.

Por isso, é importante fazer algumas experiências anteriores: fazer entrevistas piloto; sair a campo e observar. Todas essas coisas que chamávamos de fase piloto são importantes porque permitem entender melhor o material com o qual estamos trabalhando e o que estamos querendo saber. Nos exemplos de pesquisa que discuti durante este curso, essa fase inclui a compreensão do uso espontâneo de palavras para falar de um fenômeno.

Pergunta: *Em um grupo focal é importante que se coloque qual participante falou tal ou qual frase e manter na sequência quem está falando?*

Mary Jane Spink: Com certeza. Nem sempre é possível identificar o locutor na gravação das falas. Então, para auxiliar a recordar, fazemos um diagrama situando a posição de cada participante do grupo. Os esquemas visuais têm um certo poder de ancorar memórias imagéticas, então a primeira coisa que faço, antes de transcrever, de ouvir a fita e transcrevê-la, é situar esquematicamente quem estava sentado onde e aí, é curioso, porque você ouve as falas e diz: “aquela voz estava ali, então era aquela pessoa”. Isso é importante quando fazemos um grupo focal para o processo de negociação de sentidos.